

# TELE.SÍNTESE: PERSPECTIVA DE EVOLUÇÃO DO MODELO DE CONCESSÃO

Brasília| Março 2016



# O modelo atual brasileiro de concessão de telefonia fixa se esgotou, e precisa ser modernizado



- O regime de Concessão **atingiu seu objetivo proposto** – a universalização dos serviços de telefonia fixa foi **implementada com sucesso no Brasil** (i.e. preços menores, maior densidade,...)
- 



- Hoje, modelos de Concessão são **raros, obsoletos** – **maioria dos países** utiliza **regimes de Autorização** para prover serviços de Telecom, incluindo serviços de linha fixa
- 



- **Atratividade** da **Concessão** está **cada vez menor** devido aos **efeitos concorrenciais** entre serviços e à **assimetria regulatória** entre players
- 



- As atuais **obrigações regulatórias excessivas** associadas à **Concessão (i. e. TUP, ônus da concessão,...)** **inviabilizam a sustentabilidade financeira** do negócio de linha fixa
- 

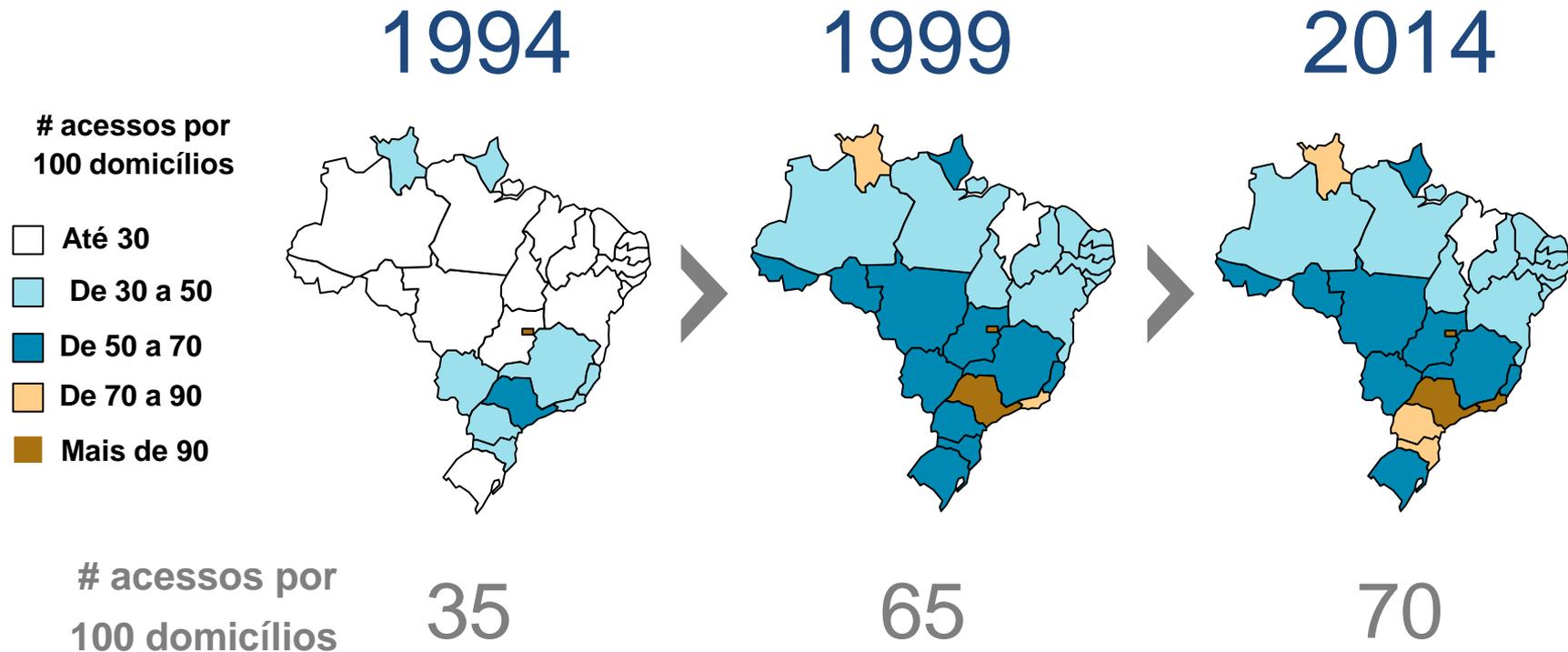


- Atual **estrutura de reversibilidade dos bens inibe investimentos das operadoras**, dado que as concessionárias **não têm incentivos de investir em ativos** que serão **revertidos ao Estado**
- 



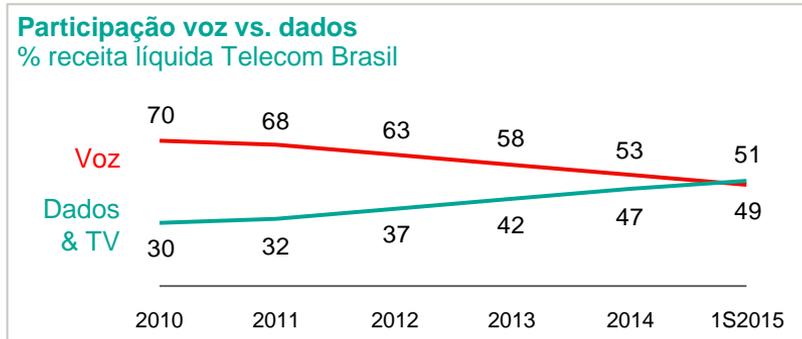
- As **tecnologias avançaram** e os **hábitos de consumo evoluíram**, gerando uma transformação na demanda de Telecom – foco atual é no **consumo de dados** e na **expansão da banda larga**

# A universalização do serviço de telefonia fixa foi bem sucedida com o modelo de concessão criado

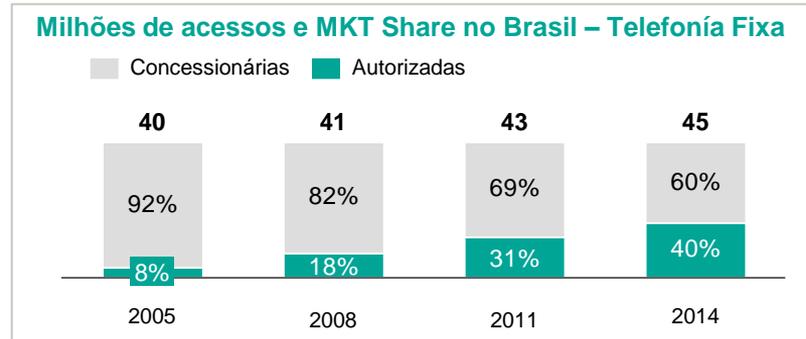


# Atratividade da concessão está cada vez menor devido aos efeitos concorrenciais entre serviços e à assimetria regulatória entre players

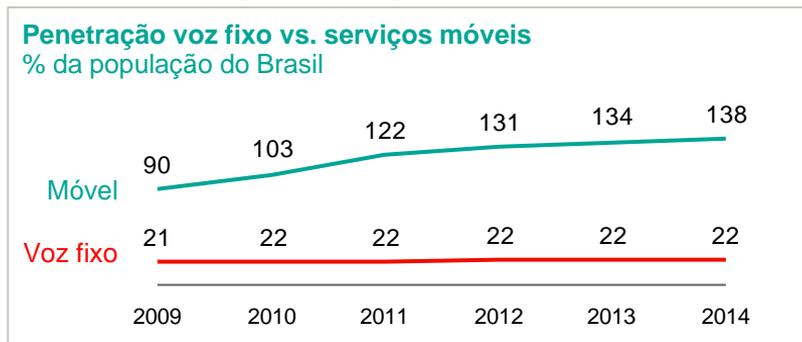
## Substituição serviços: voz vs. dados



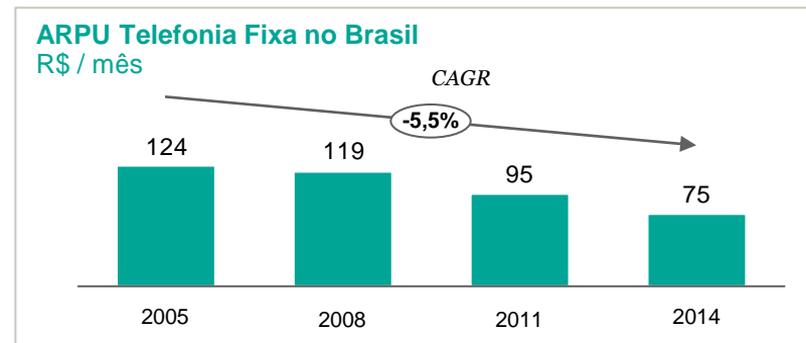
## Assimetria regulatória: ↑ Mkt share Autorizatórias



## Substituição serviços: móvel vs. fixo



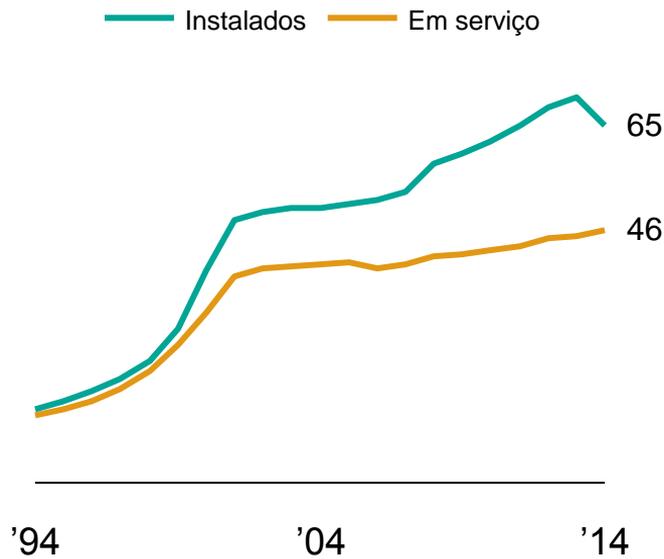
## Redução do ARPU – Telefonia Fixa



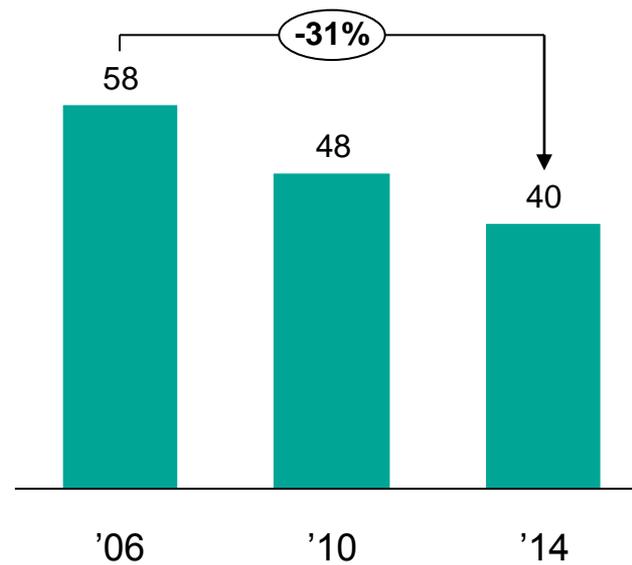
# O cenário atual provocou uma ociosidade na rede de telefonia fixa e queda na receita

Números 2014

## Acessos de telefonia fixa Em milhões de acessos



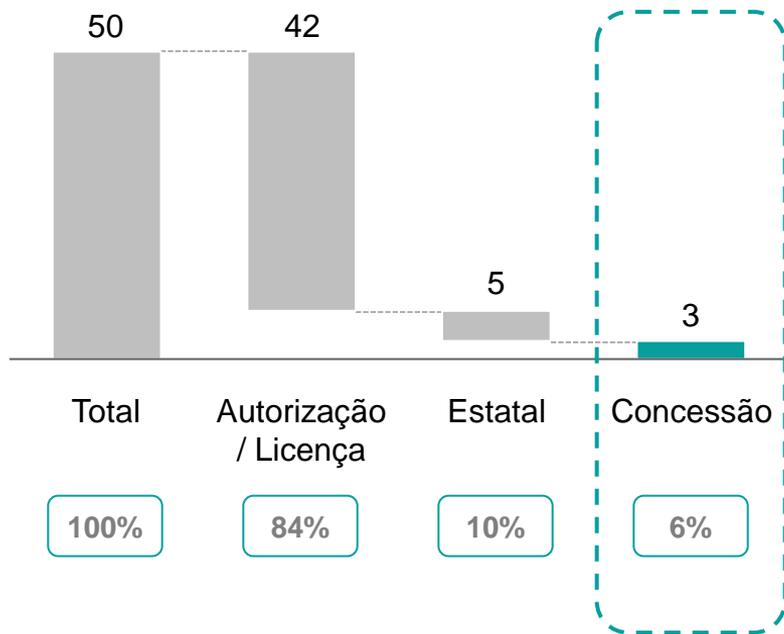
## Receita bruta do STFC Em R\$ bilhões



# Atualmente, concessões de telefonia fixa são modelos bastante específicos e raros...

## Breakdown dos 50 maiores países por modelo<sup>1</sup>

Em # de países, 2015



## Descrição dos modelos

### Autorizações / Licenças

- Responsabilidade do serviço é entregue ao mercado, geralmente com livre competição
- Modelo mais utilizado no mundo

### Estatal

- Estado mantém controle direto sobre o serviço

### Concessões

- Estado mantém responsabilidade sobre continuidade do serviço, garantida pelo seu poder sobre a disposição final dos bens relacionados

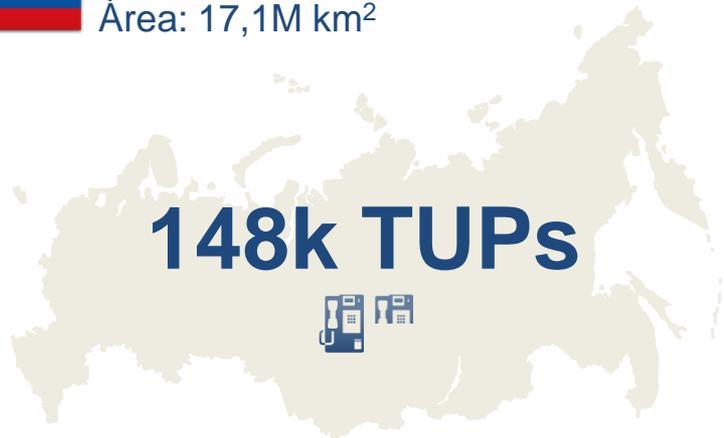


Em termos de obrigações, o Brasil é mais agressivo que a maioria. E.g. Brasil tem metade da extensão territorial da Rússia e 5,8x mais TUPs



Rússia

Área: 17,1M km<sup>2</sup>



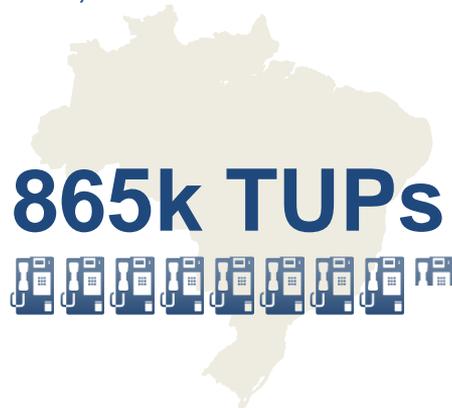
População	142M hab
Densidade	8 hab/km <sup>2</sup>
População rural	26%
PIB	US\$2,1T
Penetração telefonia fixa	28 linhas/100 hab
Penetração telefonia móvel	155 linhas/100 hab

Fonte: World Bank, ANATEL



Brasil

Área: 8,5M km<sup>2</sup>



População	204M hab
Densidade	24 hab/km <sup>2</sup>
População rural	15%
PIB	US\$2,4T
Penetração telefonia fixa	22 linhas/100 hab
Penetração telefonia móvel	139 linhas/100 hab

# A estrutura de capital da Telebrás pré-privatização (~80% privado) evidencia que a propriedade dos bens reversíveis é das concessionárias

## Pré-privatização



- Até 1998, a Telebrás era uma empresa controlada pelo governo (51.70% das ações com direito a voto), o que lhe dava o **comando decisório**...
- ...porém, a composição do capital da Telebrás já contava com **80% de participação privada**

## Motivações da privatização



- **De:** Modelo monopolista estatal com ineficiências – e.g. filas de espera, altos preços, baixa penetração de telefonia fixa,...
- **Para:** Setor com estrutura mais moderna, impulsionada por investimentos eficientes

## Privatização (jul/1998)



- União vende ao setor privado toda a sua participação na Telebrás. Com isso, **100% do controle e do capital das empresas passou a ser privado**
  - Modelo do edital baseado em **metodologia de fluxo de caixa descontado (DCF)**

## Reversibilidade

- Bens reversíveis são **imprescindíveis** para **continuidade** do serviço público
- O que **reverte** é a **posse dos bens necessários estritamente à continuidade dos serviços**, na medida do seu uso, e não a sua propriedade

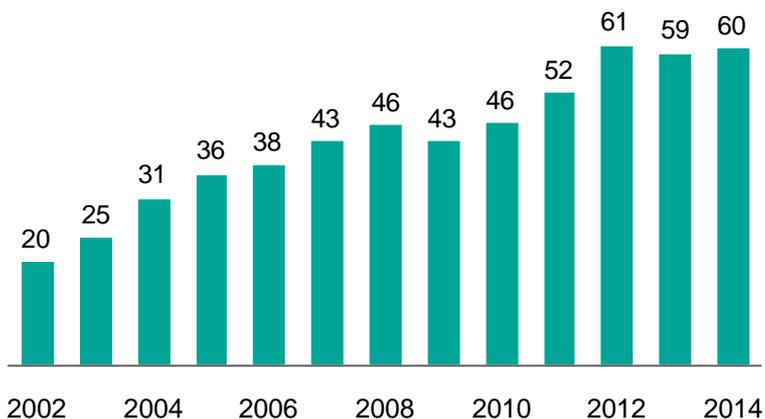
# Em outros setores, a reversibilidade de bens não possui as complexidades de plataformas multisserviço que existem em Telecom

Industria	Lei aplicável	Reversibilidade de bens?	Redes multisserviço	Lições aprendidas
 Telecom	Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97)	Sim	Sim	<ul style="list-style-type: none"><li>Inovações tecnológicas criaram usos novos da infraestrutura do serviço sob concessão</li></ul>
 Energia Elétrica	Lei Geral de Concessões (Lei 8.987/95)	Sim	<b>Não</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>No setor de Energia, os bens reversíveis são detalhadamente definidos e controlados</li><li>Venda de ativos permitida</li></ul>
 Gás	Lei Geral de Concessões (Lei 8.987/95)	Sim	<b>Não</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Infraestrutura de transporte de gás é uni-funcional por natureza</li></ul>
 Rodovias	Lei Geral de Concessões (Lei 8.987/95)	Sim	<b>Não</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Reversibilidade engloba toda a rodovia: edificações, terrenos, quaisquer bens imóveis adquiridos, e todos os bens móveis utilizados na exploração da rodovia</li></ul>

Desde sua criação, mais de R\$ 90b já foi recolhido dos fundos setoriais (Fistel, Funttel, e Fust), porém somente 5% desse montante foi aplicado

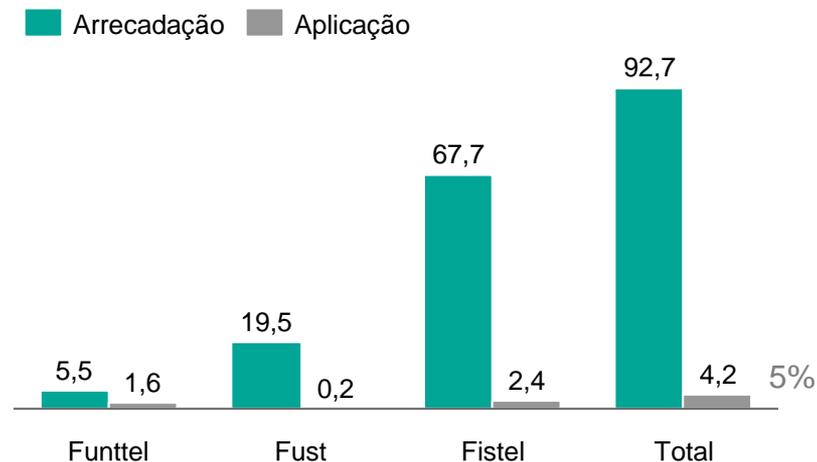
### Total de tributos recolhidos

R\$ bilhões



### Arrecadação vs. Aplicação dos fundos

R\$ bilhões



Utilizar o FUST para tratar a universalização residual, tanto de voz quanto de banda larga

“Temos hoje uma janela de oportunidade inédita para transformar o setor e atender a demanda da sociedade, mercado, governo, e operadoras!”

